

# Senador anuncia fusão de emendas sobre anistia bancária

Lula Marques — 19.jun.87

Da Sucursal de Brasília

O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) —autor de uma das emendas constitucionais que prevêem a anistia das dívidas bancárias dos pequenos empresários— afirmou ontem à Folha que já estão negociados os pontos necessários para a fusão das emendas. A um custo máximo ao Tesouro Nacional de Cz\$ 180 bilhões, segundo ele, a fusão seria baseada em seis pontos: 1) o pagamento do débito principal e dos juros; 2) o congelamento da correção monetária até a liquidação das dívidas; 3) abrangência de todo o território nacional; 4) benefício

para micro e pequenos empresários urbanos e pequenos e médios produtores rurais; 5) referência a débitos decorrentes de empréstimos concedidos por estabelecimentos de crédito durante o período de vigência do Plano Cruzado (28 de fevereiro de 1986 a 28 de fevereiro de 1987); e 6) liquidação do principal dos débitos e dos juros até 180 dias após a promulgação da Constituição.

Ele descartou qualquer possibilidade de as emendas serem retiradas do texto das Disposições Transitórias da Constituição em troca de um compromisso do governo de enviar ao Congresso um projeto de lei, cujo teor seria semelhante ao das emen-

das. Segundo o senador, a solução deve ter aplicação automática —logo após a promulgação da Constituição— e fruto de uma “decisão soberana da Constituinte”. Um projeto de lei, afirmou, demoraria mais de um ano para ser apreciado e ainda correria o risco de não ser aprovado. Atualmente existem três emendas que prevêem a anistia: a do senador, e outras duas dos deputados Ziza Valadares (sem partido, de MG) e Humberto Souto (PFL-MG).

Segundo o senador, a fusão já foi acertada entre os autores das emendas e desfruta de aceitação por parte das lideranças do Congresso

constituinte e dos empresários. E acrescentou que a fusão recebeu ainda um “parecer de viabilidade” de um “representante informal dos bancos”.

Até ontem ele não havia sido procurado pelos técnicos do ministério da Fazenda incumbidos de esclarecer aos parlamentares quais os cálculos feitos pelo ministério para se chegar ao custo anunciado de US\$ 10 bilhões, que representaria o perdão das dívidas. A partir de segunda-feira próxima, os autores das emendas devem se reunir com os líderes dos partidos no Congresso constituinte para negociar uma proposta.

## Ainda não há consenso sobre pagamento de correção

Da Sucursal de Brasília

A negociação da anistia das dívidas dos micro e pequenos empresários enfrenta um impasse. Nas negociações entre os autores das emendas constitucionais que prevêem a anistia, o Ministério da Fazenda, as lideranças do governo no Congresso constituinte e os representantes dos empresários, ainda não se obteve um consenso sobre a maneira como será, ou não, paga a correção monetária sobre as dívidas contraídas à época do Plano Cruzado. Há três opções: a aprovação das emendas (ou de sua fusão) nas Disposições Transitórias da Constituição, o envio pelo Executivo de um projeto de lei (com teor semelhante ao das emendas) ao Congresso Nacional, ou a negociação direta entre credores (bancos privados e oficiais) e devedores (empresários). O Ministério da Fazenda —através

de sua Coordenadoria de Comunicação— informou à Folha que não encaminhará nenhuma proposta, mas apenas esclarecerá aos parlamentares sobre a maneira como chegou aos dados sobre prejuízo do setor financeiro com a aprovação das três emendas. Os cálculos feitos pelo Banco Central, segundo apurou a Folha, indicam um montante de Cz\$ 1,6 trilhão.

O líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PFL-PB), disse ontem à Folha que a solução deverá partir do Congresso e o governo só encampará uma das propostas se esta for aceita por todas as partes. “O governo quer repartir a responsabilidade com o Congresso”, afirmou. Ele apresentou ontem à tarde sua sugestão aos autores das emendas que, não se comprometendo em aceitá-la, afirmaram que consultariam os empresários para dar uma

resposta na próxima semana. A proposta de Gadelha prevê a substituição das emendas por um projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso, cujo teor propõe o pagamento imediato do principal e dos juros dos débitos e prorroga a liquidação da correção monetária das dívidas para daqui a um ano (mas com o montante congelado em valores atuais).

Já os presidentes das federações estaduais das associações comerciais —representantes dos micro e pequenos empresários urbanos e pequenos e médios produtores rurais—, reunidos ontem em Brasília, afirmaram que aguardam uma solução do governo. Segundo o presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais, Amauri Temporal, a maior dificuldade encontrada pelos empresários para liquidação das dívidas está nos bancos oficiais, que detêm cerca de

75% do total dos débitos. Os bancos privados, afirma, têm negociado com os empresários o pagamento de 60% a 70% da correção monetária, mais o principal e os juros das dívidas. Ele considera que uma solução semelhante por parte dos bancos oficiais, através de uma determinação do Ministério da Fazenda ou do Banco Central, seria preferível à aprovação das emendas pelo Congresso constituinte.

De uma maneira ou de outra, a solução não deve causar “ressentimentos” no Poder Executivo, na opinião do senador Marcondes Gadelha. Caso contrário, pondera, poderia haver um comprometimento na concessão de créditos, no futuro, aos micro e pequenos empresários. Se sua proposta for aceita pelos autores das emendas, o senador a apresentará então aos representantes dos bancos privados e oficiais para depois levá-la ao Poder Executivo.

## Empresários mineiros são contrários à anistia

Da Sucursal de Belo Horizonte

Os presidentes da Associação Comercial de Minas (ACM), Lúcio Assumpção, e da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), Nansen Araújo, são contrários à anistia proposta pelos

deputados constituintes às dívidas contraídas por pequenos e microempresários durante o Plano Cruzado.

Na opinião de Nansen Araújo, “o Plano Cruzado não pode ser culpado por todas as mazelas do país”. O presidente da Fiemg disse que o governo deveria dar um prazo de um

ano para que os devedores possam saldar suas dívidas.

Já o presidente da Associação Comercial propõe o congelamento das dívidas pelo prazo de dois ou três anos. Lúcio Assumpção defende ainda a redução da correção monetária e a abertura de faixas de financiamento a juros baixos para

pequenos produtores e microempresários.

Na opinião de Assumpção, se aprovada, a anistia causará o aumento do déficit público, da inflação, das taxas de juros e dos impostos, uma vez que, segundo ele, “o povo é quem paga quando o governo erra”.



O senador Mansueto de Lavor, autor de uma das emendas sobre anistia

## Caiado quer fim da correção monetária

Da Sucursal de Porto Alegre

O presidente licenciado da UDR (União Democrática Ruralista), Ronaldo Caiado, começou ontem, por Uberlândia (MG) e Santa Maria (RS), a lançar uma campanha nacional “para enterrar a cobrança de correção monetária” dos créditos agrícolas. A campanha, que se estenderá a dez Estados, culminará em Brasília, quando for votada, no Congresso constituinte, a emenda que isenta os produtores do pagamento da correção.

Segundo Caiado, os produtores “medirão força” contra quem não desejar a emenda. “Há uma campanha orquestrada para dizer que isso seria um subsídio, que aprovada a emenda seria a falência do setor financeiro, que seria uma benesse à classe produtora”. Ele acrescentou que os produtores levarão a Brasília “o mesmo clamor da votação da reforma agrária”. Hoje, Caiado estará em Maringá (PR) e Vitória (ES).

Falando por telefone desde Santa Maria (324 km a noroeste de Porto Alegre), ele disse que, por lei, os produtores não poderiam ser cobrados de correção monetária. “A Lei 4.829/65, que foi relatada pelo deputado Ulisses Guimarães, não autoriza a cobrança de correção monetária ao setor agropecuário. Mas tecnocratas estão menosprezando a



Caiado fará campanha pelo fim da correção monetária em dez Estados

lei”. Caiado, que discursou na Estância Minuano, a três quilômetros do centro, afirmou que a emenda a ser votada nas Disposições Transitórias revolverá “60% dos problemas do setor agropecuário”.

De acordo com Caiado, que voltará ao exercício da presidência da UDR no segundo turno das votações, a emenda, de autoria do senador Monsueto de Lavor (PMDB-PE), isenta da correção os micro e pequenos produtores até 31 de dezembro do ano passado e os médios e

grandes de 28 de fevereiro de 86 a 31 de dezembro de 87.

“A emenda atende por um período, os produtores que não forem atendidos recorrerão à justiça”, disse Caiado. “O que não podemos é deixar o Brasil que trabalha ser destruído pelo Brasil da agiotagem”. Ele afirmou, ao chegar em Santa Maria, onde foi recepcionado na Associação Rural, que “já começamos a enterrar a correção monetária e continuaremos a fazer isso nas ruas, mobilizando a classe em dez Estados”.

## Produtores vão apoiar aprovação da emenda

Da Sucursal de Brasília

“A emenda Mansueto de Lavor certamente será aprovada, com apoio do setor agropecuário, caso não seja encontrada uma alternativa ao pagamento das dívidas contraídas pelos produtores durante a vigência do Plano Cruzado”. A previsão, ou advertência, foi transmitida ontem à noite pelo presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Roberto Rodrigues, depois de uma reunião entre o ministro da Agricultura, Iris Rezende, e a Frente Ampla Agropecuária Brasileira. Entre os participantes do encontro estavam Alysson Paulinelli (ministro da Agricultura durante o governo Geisel —1974/79) e atual presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Flávio Telles de Menezes, líder da Frente Ruralista, e lideranças estaduais.

Roberto Rodrigues disse que a Frente Ampla Agropecuária não tem propostas a apresentar e apenas aguarda uma iniciativa do governo e do sistema financeiro, que hoje encontram-se ameaçados pela aprovação da emenda Mansueto de Lavor. O ministro Iris Rezende, segundo a Folha apurou, mostrou-se cuidadoso e conciliador durante o encontro. Rezende recomenda que qualquer benefício aos agricultores endividados seja seletivo, de modo a não representar uma punição aos que já quitaram seus débitos. Ele avalia ainda a alternativa de que as



dívidas, ou parte delas, sejam pagas com produtos agrícolas, com o governo como intermediário na administração de estoques.

A Federação das Cooperativas de Soja e Trigo do Rio Grande do Sul vai reivindicar hoje, do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), que inclua as cooperativas em todos os itens de sua emenda, para efeito de liquidação da correção monetária dos débitos contraídos junto aos bancos durante o Plano Cruzado. A federação reúne 78 cooperativas gaúchas, 250 mil produtores.

O ministro da Agricultura e um membro da Frente Ampla avaliaram também meios para assegurar que algumas conquistas recentes do setor agrícola sejam mantidas no “pacote agrícola”, que deverá ser elaborado pelo Congresso constituinte na legislação complementar à nova Constituição. A conquista que mais preocupações causa refere-se aos preços de intervenção do governo no mercado agrícola, hoje definidos com base nos valores médios de cada produto nos 60 meses precedentes. A regra atual estabelece que o governo participará do abastecimento do mercado sempre que os “preços de intervenção” forem ultrapassados e vem permitindo que as cotações de produtos agrícolas mantenham-se elevadas, apesar da generosidade da safra atual. Outra preocupação é que sejam mantidos os atuais critérios de fixação de preços mínimos de garantia para a produção agrícola, levando em conta, basicamente, os custos reais de produção.

A Frente Ampla Agropecuária apóia o ministro da Agricultura na exigência de que o setor seja consultado antes que Brasil e Argentina concluem contratos previstos no protocolo 22, firmado em 1987 entre os dois países. O protocolo prevê a importação de 91 produtos agrícolas, muitos deles de farta produção interna, como soja, milho, arroz e feijão.

### Dropes

Saque — os agentes financeiros do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) continuarão hoje a sacar os recursos depositados no voluntário junto ao Banco Central (BC), extinto na última reunião (dia 25) do Conselho Monetário Nacional (CMN). Serão sacados hoje, segundo informações da diretoria de Mercado e Capitais do BC, cerca de Cz\$ 254 bilhões.

## OURO

• RENTABILIDADE • LIQUIDEZ • SEGURANÇA

Em todas as agências do

**BANCO SUDAMERIS BRASIL**

Affiliado à

BANQUE SUDAMERIS, PARIS

Associados Controladores

BANCA COMMERCIALE ITALIANA MILAO

BANQUE INDOSUEZ PARIS

BRIDNER BANK AG FRANKFURT

S.P.B. PARIBAS PARIS

UNIAO DE BANCOS SUICOS ZURIQUE